

Ordem Econômica: Líderes ainda tentam um acordo

BRASÍLIA — Os líderes e os representantes dos grupos que atuam na Constituinte dedicaram o dia de ontem a sucessivas reuniões de negociação para o Título VII — "Da Ordem Econômica e Social" —, sem conseguir resultados práticos. Pela manhã, Centrão e PMDB discutiram a polêmica questão da definição de empresa nacional e no final da tarde se detiveram no capítulo da reforma agrária e urbana.

Foi um trabalho inicial, de triagem de pontos consensuais. Como o texto substitutivo do Centrão é quase oposto ao que foi aprovado pela Comissão de Sistematização e encampado pela liderança do PMDB, as dificuldades ficaram aparentes já nestas reuniões preliminares.

Pela manhã, uma proposta do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), para a empresa nacional, aparentemente conseguiu transitar entre os Constituintes do Centrão e da Frente Parlamentar Nacionalista. O texto que foi objeto de discussão é o seguinte: "Empresa brasileira de capital nacional é a pessoa jurídica cons-



Telefoto de Luiz Antônio

Mário Covas reúne as Lideranças em busca de um denominador comum

tituída com sede no País, cujo o controle efetivo esteja, em caráter permanente, sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoa física domiciliada no País, ou de entidade de direito público". A única diferença

em relação ao Projeto da Sistematização foi a substituição, por "controle efetivo", da expressão "controle decisório", aprovada pela Comissão. A noite, Severo Gomes mostrava-se otimista em relação à proposta.

Já quanto à reforma agrária não foi possível avanço algum. Numa reunião de mais de quatro horas, o máximo que se conseguiu foi o compromisso do Centrão, através do Deputado Rosa Prata (PMDB-MG), de estudar um texto que possibilite a desapropriação de terras produtivas quando estas não estiverem cumprindo sua função social. Esta é a questão fundamental para o Centrão. Eles não concordam que uma propriedade produtiva possa ser desapropriada, tal como está no projeto de Constituição.

O PMDB não poderá ceder muito na questão da função social da terra, já que 83 do partido definiram, em convenção realizada no ano passado, vincular a propriedade ao cumprimento da função social. O Senador Mário Covas lembrou que, naquela época, o questionário distribuído entre os peemedebistas deixava claro que a função social seria cumulativa, e que uma terra produtiva poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária se não estivesse cumprindo sua função social.

Empresários apóiam plano da Frente Nacionalista

BRASÍLIA — A Frente Parlamentar Nacionalista pretende, no Título relativo à Ordem Econômica, proteger a empresa nacional, impedir a exploração de recursos minerais por empresas estrangeiras e garantir o monopólio do petróleo. Na reunião realizada ontem, representantes do grupo receberam o apoio da Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas (Flupeme) e de seis entidades ligadas aos setores farmacêutico, à química fina e à biotecnologia, representando 5.412 empresas.

No encontro, a Frente optou pela definição de empresa nacional como aquela cujo controle decisório está sob a titularidade de brasileiros domiciliados no País, sem vínculos permanentes com o capital estrangeiro.

Sem quorum, Ulysses cancela sessões do fim de semana

BRASÍLIA — A falta de acordo entre as lideranças sobre a Ordem Econômica, próximo Título a ser votado, provocou o esvaziamento da sessão de ontem na Constituinte. Não houve nenhuma deliberação. Em consequência, foram canceladas as sessões que estavam previstas para hoje e amanhã.

O Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães, presidiu os trabalhos durante apenas 25 minutos e retirou-se para participar da abertura, no Itamaraty, da reunião da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ).

Uma hora e meia depois de iniciada a sessão, foi feita a verificação de quorum: estavam presentes somente 257 parlamenta-

res, quando são necessários 280 para as votações.

Mas os 302 ausentes não precisam se preocupar com as suas faltas de ontem. O ato da Mesa, que pune com o corte nos salários quem faltar a mais de quatro dias consecutivos ou sete dias intercalados, embora publicado no Diário da Constituinte de ontem, só começa a vigorar a partir de segunda-feira.

Sem votações, os discursos ocuparam a sessão. Um dos assuntos tratados pelos oradores foi exatamente o ato da Mesa. O Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), autor de um dos projetos que propunham soluções para a falta de quorum, reclamou da

decisão da Mesa. A seu ver, é necessária uma "punição de efeito moral", porque muitos dos que se ausentam com frequência, como o Deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), não vivem da remuneração de parlamentar. Ele insistiu na sua proposta de convocação dos suplentes dos faltosos num período de 30 dias, como uma segunda medida a ser adotada pela Mesa. O Deputado João de Deus (sem partido-RS) também reclamou. Disse que muitos dos Constituintes que comparecem sistematicamente às sessões acabam ficando doentes em função das horas seguidas de trabalho e da tensão, como aconteceu com ele próprio. Por isso, disse achar injusta apenas uma punição pecuniária para os faltosos.